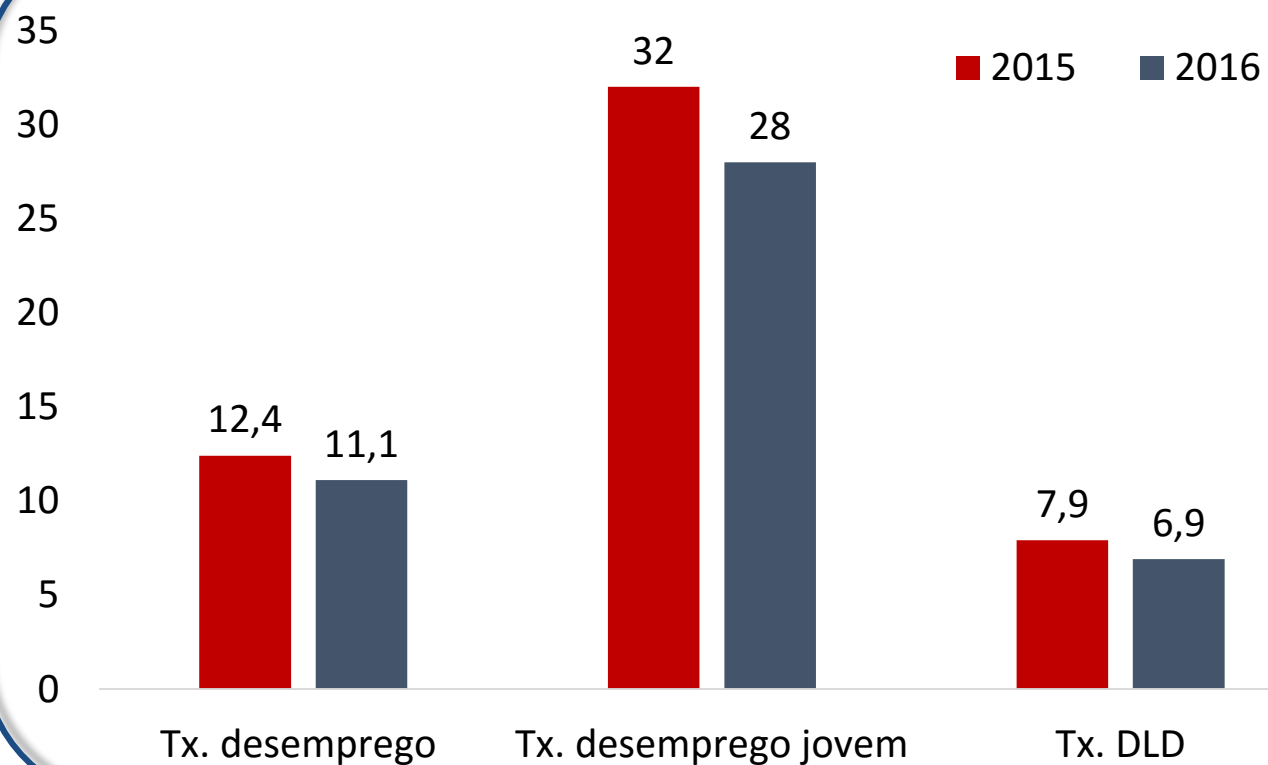


Audição Regimental

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

14 de março de 2017

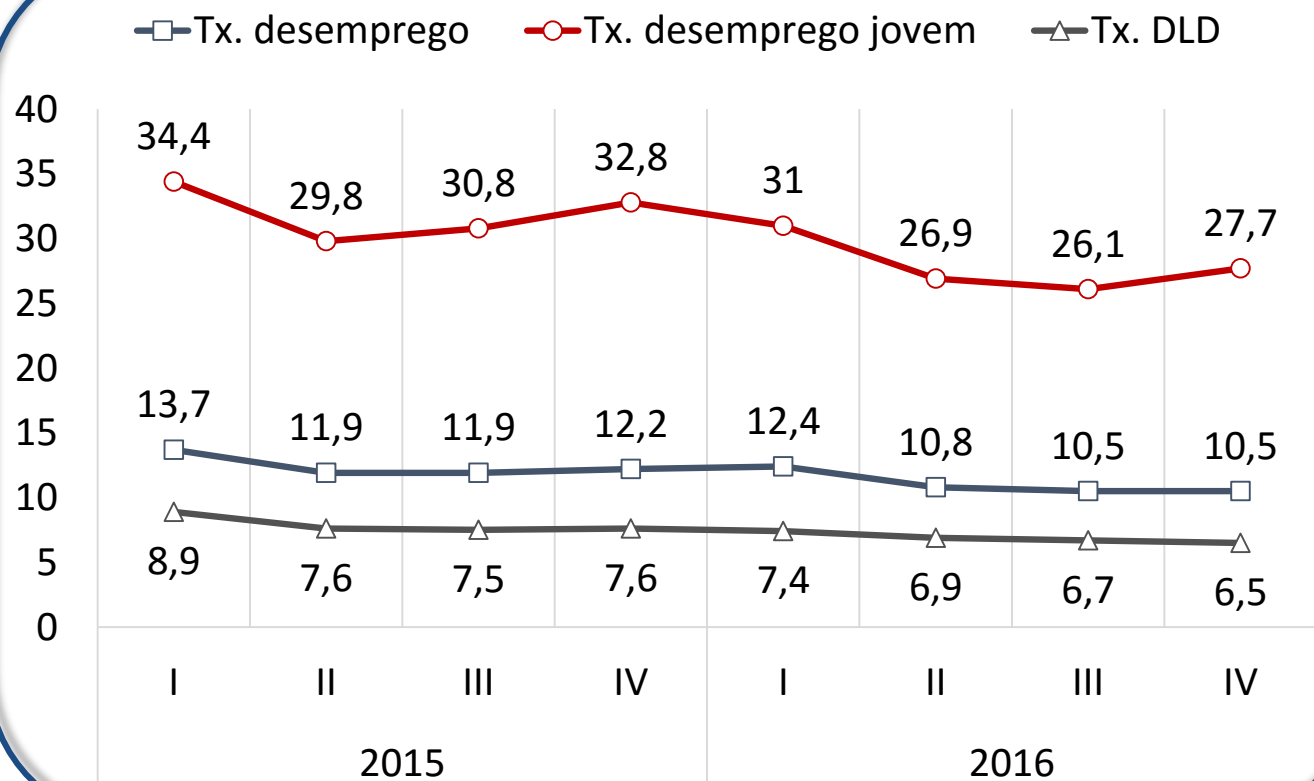
Taxa de desemprego - Evolução anual



- **Tx. desemprego ficou nos 11,1% em 2016**
 - Estimativa OE2017 apontava para 11,2%
 - Redução homóloga de 1,3 p.p. (menos 73,5 mil desempregados)
 - Tx. mais baixa desde 2010 (10,8%)

- **Tx. desemprego jovem diminuiu 4p.p. (de 32% para 28%) – a maior diminuição dos últimos 4 anos**
- **Tx. DLD diminuiu de 7,9% para 6,9% (menos 55,1 mil DLD)**
 - Peso do DLD no desemprego total diminuiu de 63,5% para 62,1% (vinha a aumentar em 2014 e 2015)

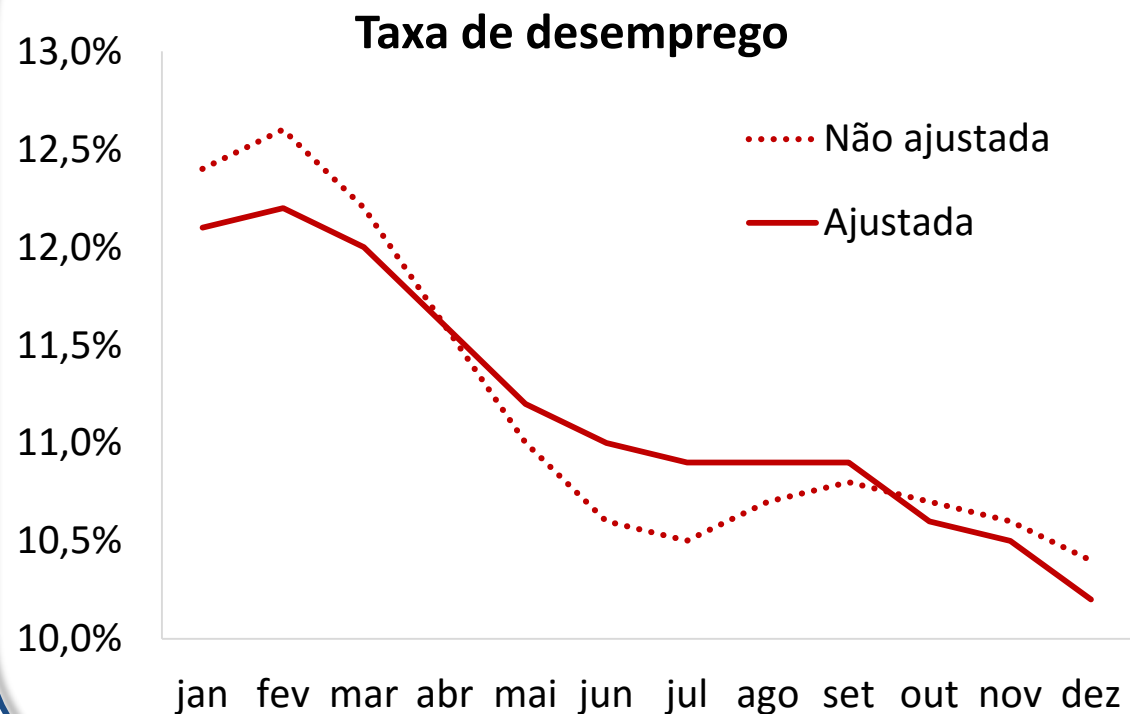
Taxa de desemprego - Evolução anual



No 4º trimestre, em termos homólogos:

- Diminuição de quase 2 p.p. da taxa de desemprego (**menos 90,7 mil pessoas empregadas**)
- Diminuição de 5 p.p. da taxa de desemprego jovem (**menos 20,5 mil jovens desempregados**)
- Diminuição de 1,1 p.p. da taxa de DLD (**menos 57,4 mil DLD**)

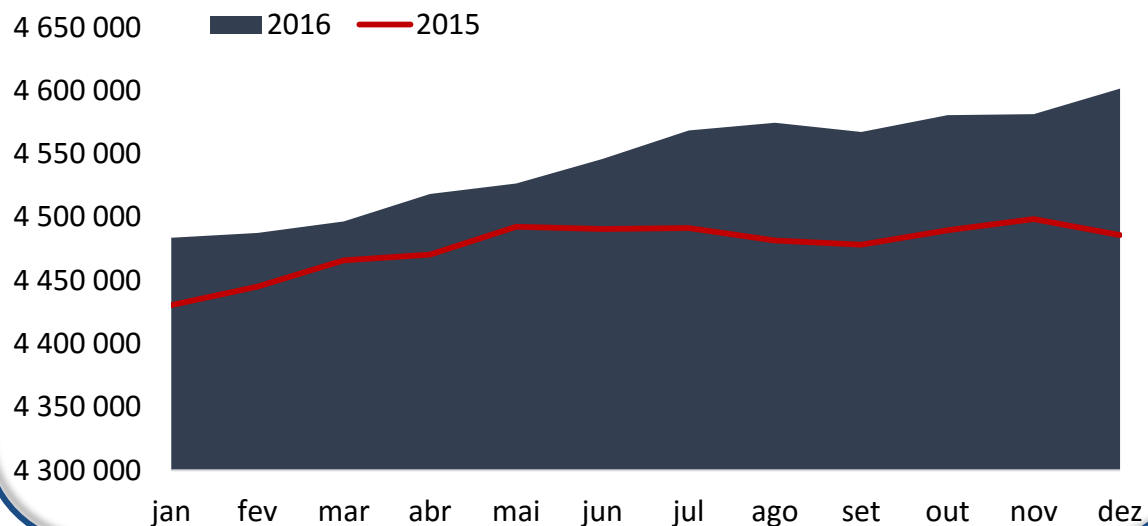
Taxa de desemprego - Evolução anual



- Com dados definitivos para dezembro, **taxa de desemprego diminuiu ou manteve-se em todos os meses de 2016 a partir de março**
- **Em dezembro: taxa de desemprego em 10,2% fica 0,9 p.p. abaixo dos 12,1% de janeiro**
- Desde 1998, taxa de desemprego só diminuiu consecutivamente nos últimos meses do ano em 2000, 2013 e 2016

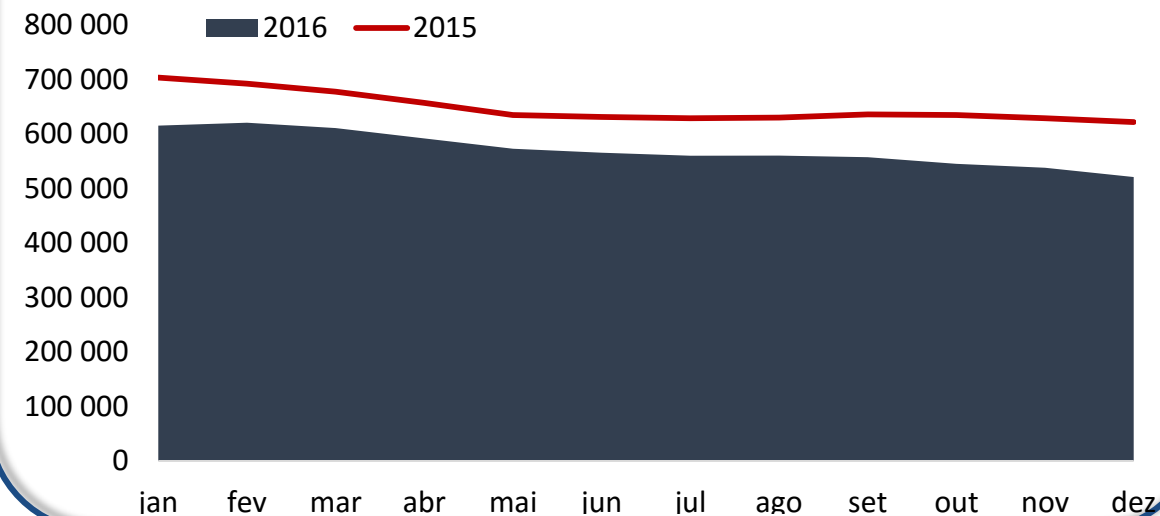
Emprego e desemprego - Evolução mensal

População empregada



- Crescimento contínuo e substantivo do emprego ao longo do ano
- Últimos dados definitivos (dezembro):
 - **Em termos homólogos:** +115 mil pessoas empregadas (+2,6 %)

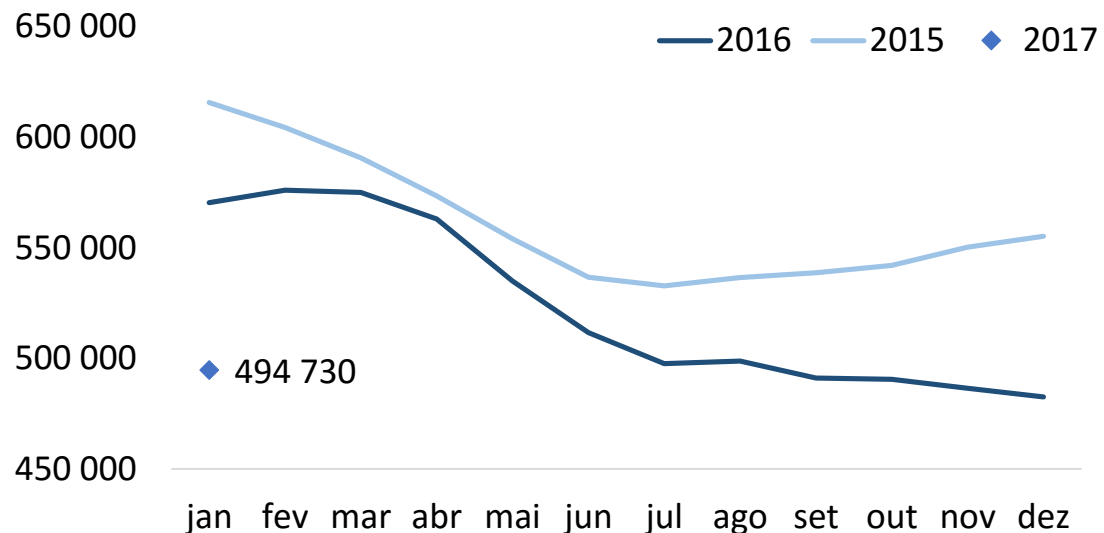
População desempregada



- Desemprego diminuiu em todos os meses do ano (exceto agosto)
- Últimos dados definitivos (dezembro):
 - **Em termos homólogos:** -102 mil pessoas desempregadas (-16,4%)

Desemprego registado - Evolução mensal

Desempregados inscritos nos centros de emprego

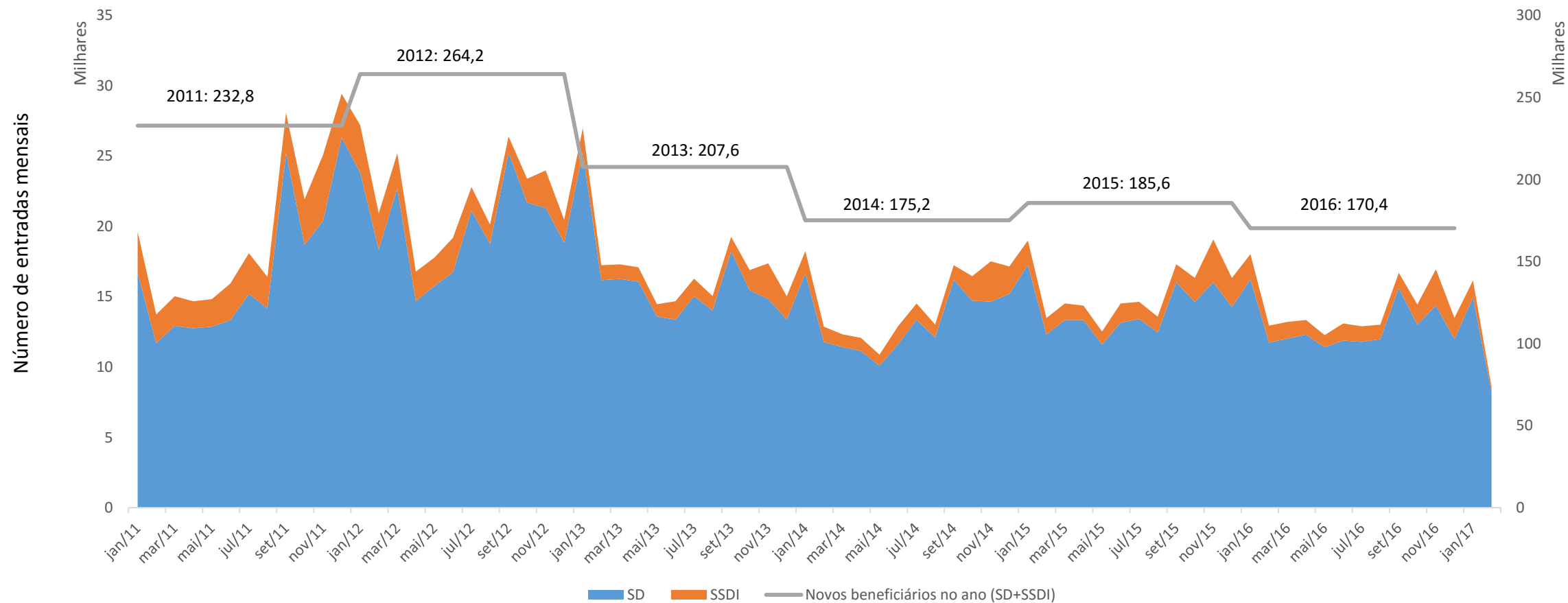


	Janeiro 2017	Variação Mensal	Variação Homóloga
Total inscritos	494 730	+12 174 (+2,5%)	-75 650 (-13,3%)
Jovens	58 308	+2 974 (+5,4%)	-14 562 (-20,0%)
Longa duração	234 765	+3 210 (+1,4%)	-29 947 (-11,3%)

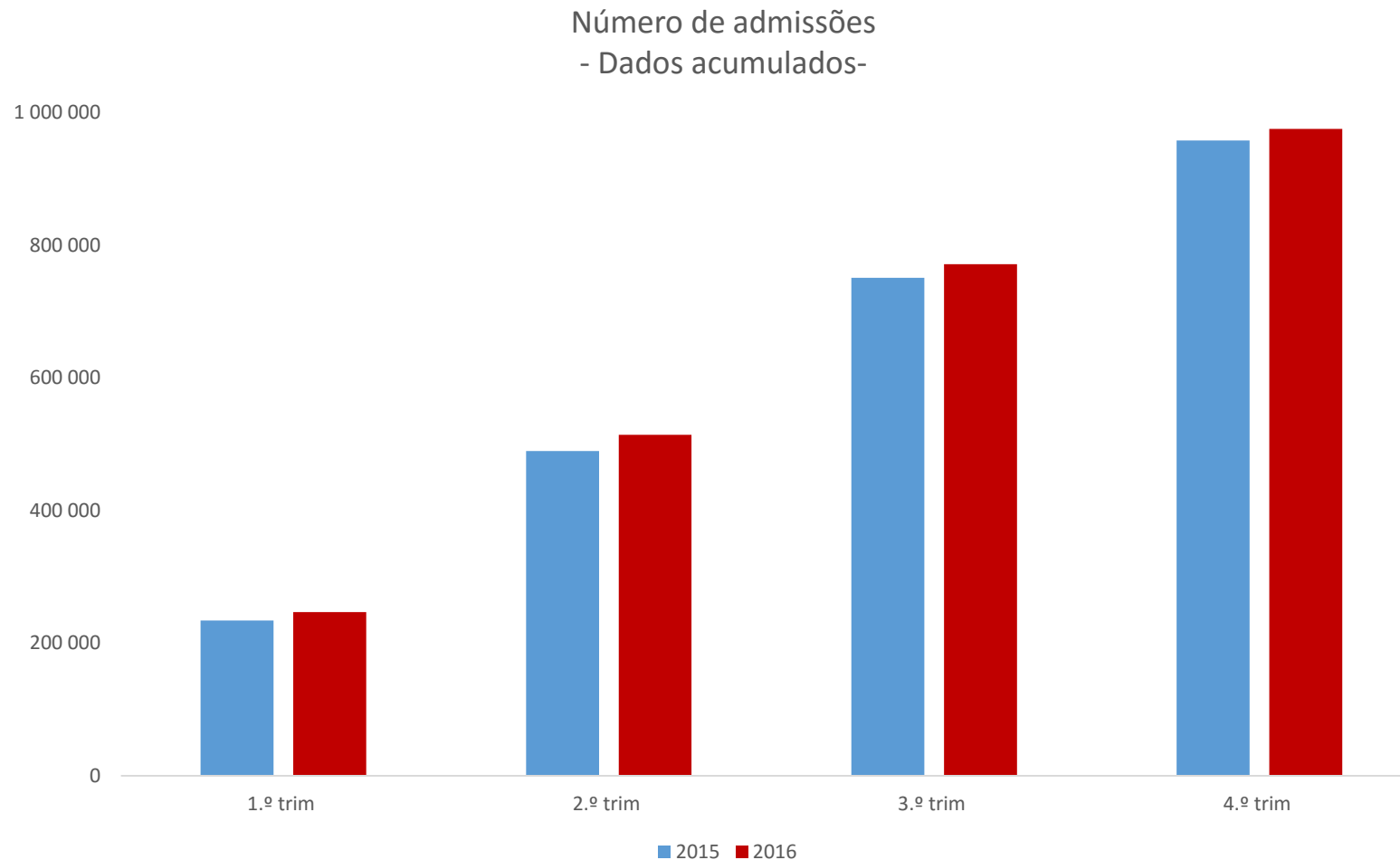
- Diminuições consecutivas em setembro, outubro, novembro e dezembro – só aconteceu em 2016
- **Janeiro 2017: 494,7 mil desempregados**
 - Diminuição homóloga de 13% (menos 75,6 mil) foi a maior de que há registo neste mês
 - Desemprego jovem recuou 20% em termos homólogos (menos 14,5 mil)

Evolução novas prestações de desemprego

Novas prestações iniciais de desemprego, 2011-2017



Ritmo de contratação



Nota: dezembro 2016, dados provisórios.

Fonte: FCT

Acordo de Concertação Social

Eixos fundamentais:

1. Atualização RMMG para 557€
2. Promoção ações conjuntas p/ desenvolvimento da negociação coletiva e p/ modernização do mercado de trabalho
3. Debate na CPCS sobre competitividade das empresas, modernização económica e social do país e, relações laborais e condições que promovam estabilidade, equilíbrio e coesão social

Calendário:

- Jan 2017:** Aumento RMMG 557€
- 1º Trimestre 2017:** Proposta governo para agilização de portarias de extensão
- 1º Semestre 2017:** debate de medidas sobre competitividade empresas
- Ano 2017:** debate sobre relações laborais e negociação coletiva com base no Livro Verde
- Até Junho 2018:** compromisso de não denunciar IRCT (caducidade)

Acordo de concertação social - 1º Trimestre de 2017

Proposta de acordo para a agilização da emissão de portarias de extensão (10 de março)

- Revogação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012
- Decisão de extensão de IRCT deve ser precedida da análise de vários indicadores que permitam avaliar o seu impacto;
- Redução do prazo máximo para análise, consulta pública e emissão da portaria a 35 dias úteis;
- Garantir que são fornecidos à administração do trabalho dados tendentes a iniciar-se a análise a uma eventual extensão;
- Criar comissão técnica permanente entre a DGERT e o GEP/MTSSS para apoiar a instrução e análise célere e atempada da emissão de portarias de extensão.

Próxima reunião (22 de março)

- Proposta de valorização das longas carreiras contributivas
- Livro Verde das Relações Laborais

Políticas ativas de emprego – Novas medidas

Contrato-Emprego:

- Nova medida de **apoio à criação de postos de trabalho** através da concessão de apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no IEFP
- **2016: previstos concursos no montante total aprox. 60 M€ >> 15 mil postos de trabalho apoiados**
- **1.º concurso: 25 de janeiro a 10 de março** (dotação aprox. 20M€ >> cerca de 5 mil postos de trabalho)
 - **6 744 candidaturas (8 174 postos de trabalho), das quais:**
 - **80% contratos sem termo**
 - **45% jovens ou DLD**
- **2.º concurso: 1 a 31 de maio**
- **3.º concurso: 1 a 31 de outubro**

SI2E - Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo (lançamento 14 de março)

- Gerido pelos Grupos de Ação Local, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas
- Apoio ao investimento (cofinanciamento FEDER)
- Apoio à criação de postos de trabalho (cofinanciamento FSE)
- **Destinatários:** desempregados inscritos no IEFP há pelo menos 6 meses ou há pelo menos 2 meses (jovens)

Programa Qualifica

Expansão da rede de Centros Qualifica

- Em 2016: 30 novos Centros Qualifica
- Em 2017: 42 novos Centros Qualifica >> concurso aberto a 6 de março >> **300 centros até ao final do 1.º semestre 2017**

Reforço do financiamento dos Centros Qualifica

- Novo modelo de financiamento com **dotação global de 50M€** (aumento de aprox. 100% face ao modelo anterior) alinhado com novas metas de atividade dos Centros Qualifica e com a expansão da rede >> aviso de abertura publicado a 6 de março

Portal Qualifica (www.qualifica.gov.pt)

(acessível desde 6 de março)

- Plataforma tecnológica integrada que reúne informação, serviços e instrumentos relacionados com o Qualifica
- Direcionado para adultos, jovens, empregadores e operadores de formação, permite:
 - ☑ Pesquisar a oferta educativa e formativa disponível
 - ☑ Pesquisar geograficamente os **Centros Qualifica**
 - ☑ Recolher informações **Sistema Nacional de Créditos do Ensino e Formação Profissionais**
 - ☑ Obter e atualizar o **Passaporte Qualifica**

Reforço da capacidade inspetiva da ACT

Reforço do quadro inspetivo

- 2010-2015: redução do n.º de inspetores de 384 para 307
- **Concurso interno** para recrutamento de 37 inspetores, lançado em 2015, e constituição de uma reserva de recrutamento para 5 postos >> em análise resultados de aplicação do exame psicológico de seleção, efetuada pelo INA, para passar ao último método de seleção: entrevista profissional
- **Em 2016: concurso para 80 inspetores**
 - No total foram submetidas 9 436 candidaturas
 - Encontra-se em fase de apreciação de candidaturas e envio de informações a quem solicitou esclarecimentos
- Objetivo associado: aproximação aos rácios recomendados internacionalmente

Reforços processuais

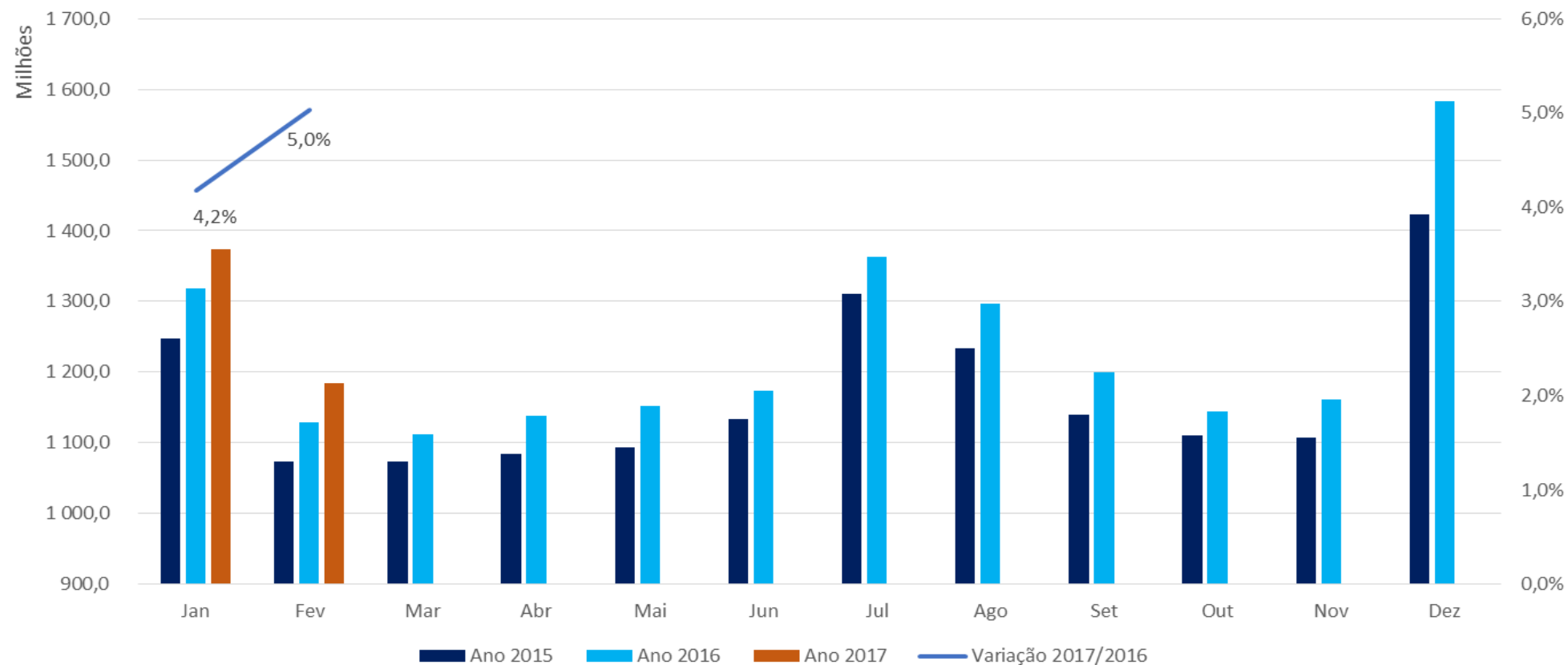
- O governo aprovou no Conselho de Ministros a proposta de lei que prevê a **devolução de competências** à ACT para o controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho, bem como a promoção de políticas de prevenção de riscos profissionais no âmbito da administração pública
 - **PL n.º 43/XIII**: aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores em funções públicas e introduz algumas alterações à LTFP, desde logo, **procede à devolução das competências inspetivas da ACT no domínio da SST na AP**
- O Orçamento de Estado prevê uma norma que a autoriza a **interconexão de dados** entre os serviços da ACT, Segurança Social e AT, com vista ao reforço capacidade de intervenção no combate às infrações laborais >> em desenvolvimento técnico

Execução Orçamental

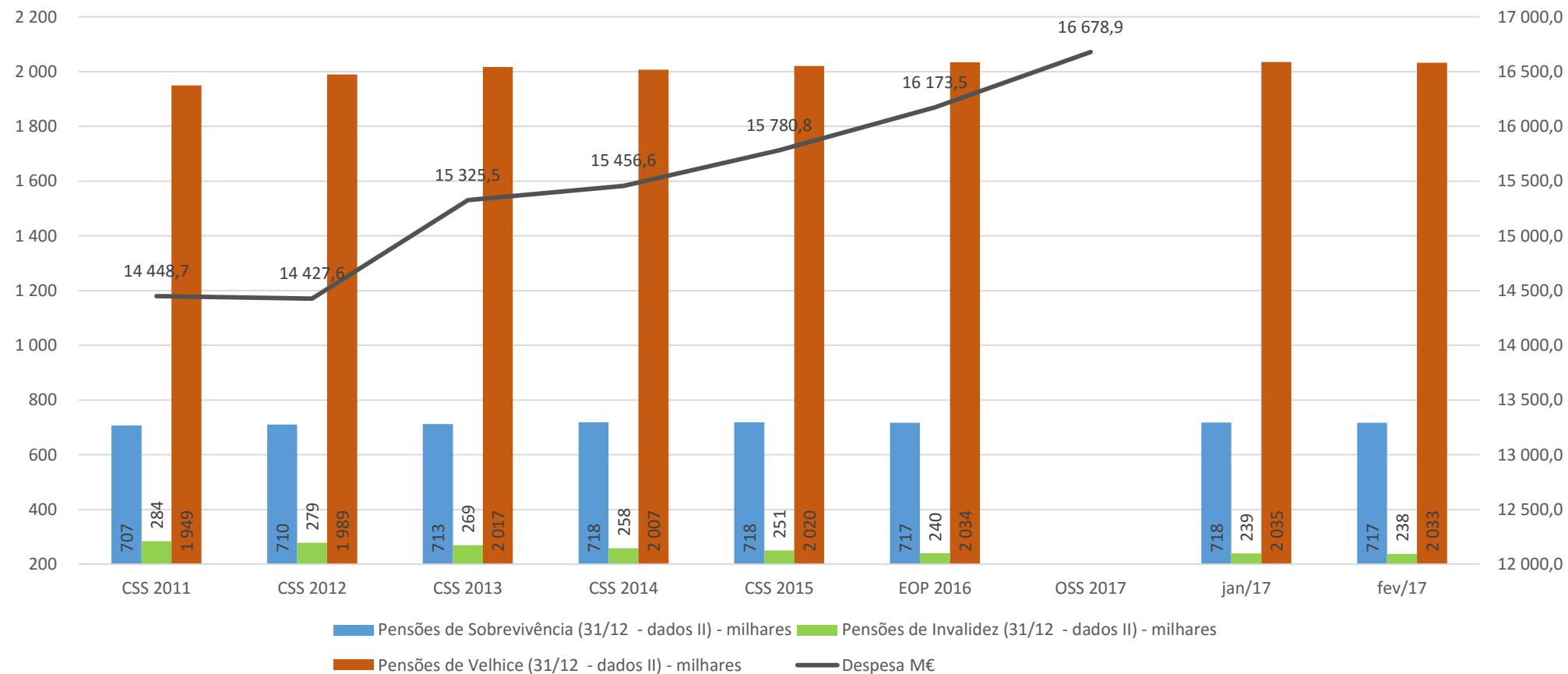
Descrição	CSS 2015	EOP 2016	OSS2017	Exec. Acum. Fev/2017	Grau de execução	Variação homologa	
Contribuições e quotizações	14 043,2	14 776,2	15 383,3	2 558,3	16,6%	110,8	4,5%
<i>Cont. e quotizações</i>	14 028,6	14 769,3	15 383,3	2 558,2	16,6%	111,8	4,6%
<i>Cont. Extraord. Solidariedade</i>	14,6	6,9	0,0	0,1	6722%	-1,0	-93,9%
Pensões e complementos (inclui unificada)	15 780,8	16 173,5	16 678,9	2 436,6	14,6%	-47,1	-1,9%
<i>Sobrevivência</i>	2 170,3	2 218,3	2 278,5	336,4	14,8%	-5,5	-1,6%
<i>Invalidez</i>	1 301,7	1 282,8	1 295,6	190,0	14,7%	-12,0	-5,9%
<i>Velhice</i>	11 756,4	12 106,0	12 543,1	1 830,7	14,6%	-26,8	-1,4%
<i>Benef. Antigos combatentes</i>	37,2	38,4	38,2	0,1	0,3%	0,0	25,5%
<i>Unificadas - CGA</i>	515,2	528,1	523,5	79,4	15,2%	-2,9	-3,5%
Complemento Solidário para Idosos	190,5	203,1	230,6	34,1	14,8%	2,6	8,1%
Rendimento Social de Inserção	287,4	334,7	379,0	57,9	15,3%	9,7	20,2%
Abono de Família	628,8	644,6	695,2	102,0	14,7%	4,2	4,3%
Prestações de parentalidade	432,6	476,1	514,0	73,1	14,2%	0,1	0,1%
SD, SSD e medidas apoio emprego	1 760,6	1 509,6	1 466,9	246,4	16,8%	-28,0	-10,2%
Subsídio e complemento doença	452,9	467,5	440,5	77,5	17,6%	6,9	9,8%
Cooperação	1 351,5	1 380,8	1 471,2	231,7	15,7%	4,2	1,8%
Saldos na ótica da contabilidade pública	1 036,9	1 559,3	1 091,5	678,8	62,2%	96,4	16,6%

Contribuições e quotizações

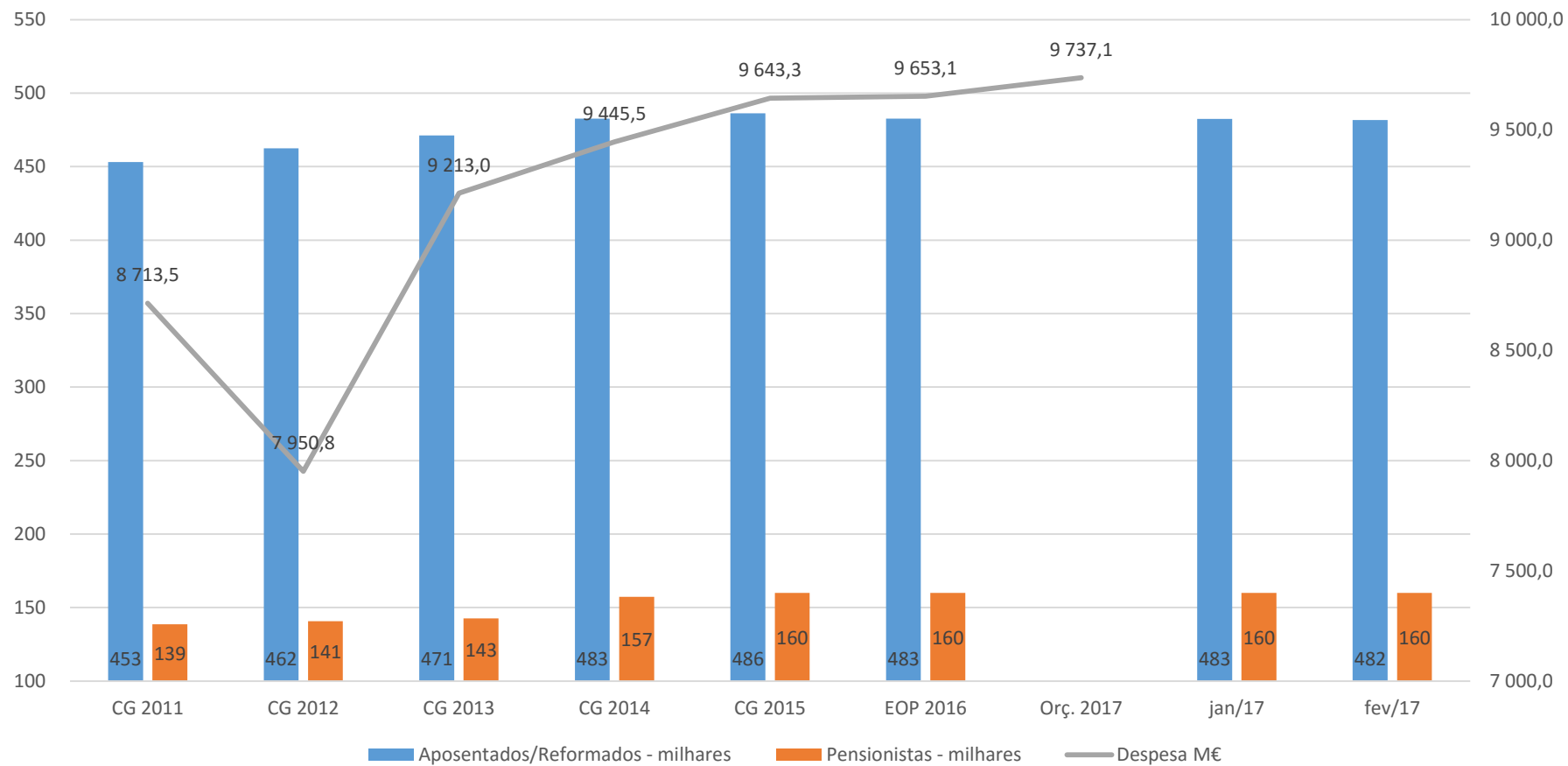
Contribuições e Quotizações (sem CES)



Pensões Segurança Social



Pensões CGA



PERES

Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)

- Preencheram formulário de adesão 50.154 contribuintes
- Aderiram à medida: **32.972 contribuintes**

Dos quais:

- ✓ 32% através de pagamento integral
 - ✓ 68% através de pagamento prestacional

 - ✓ 40% são pessoas coletivas
 - ✓ 60% são pessoas singulares
- Valor cobrado no âmbito do PERES, **91,9 milhões de euros**

Outras Medidas Combate Fraude e Evasão Contributiva

CONTRAORDENAÇÕES POR PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FORA DO PRAZO

- Em cumprimento dos artigos 42.º e 155.º do Código dos Regimes Contributivos foram notificados, em **março de 2017**, os contribuintes que incumpriram os prazos de pagamento das contribuições à segurança social, relativas às **remunerações de janeiro de 2017**
- Foram notificadas cerca de **15.700 entidades contribuintes**, das quais 77% entidades empregadoras

Contribuintes Estratégicos

Criação nova Unidade de Contribuintes Estratégicos no Instituto da Segurança Social:

- Desde 1 de março, cerca de **40** gestores do contribuinte passaram a acompanhar os contribuintes estratégicos da segurança social
- Numa primeira fase são acompanhadas as **653 maiores empresas** (critérios: 500 empresas com maior numero de trabalhadores e 500 empresas com maior volume de contribuições)
- Estes 653 contribuintes estratégicos representam **25,6% do total de trabalhadores vinculados** na segurança social e **30,8% do total mensal de contribuições declaradas**

Principais objetivos:

- O gestor do contribuinte estará em dedicação exclusiva a esta função, apoiando os contribuintes estratégicos na sua ligação com a segurança social
- Visa antecipar problemas, prevenir situações de incumprimento / dívida
- Melhoria do serviço prestado, com visão global do contribuinte
- Tratamento integrado da relação contributiva, potenciando cobrança de contribuições

Reforço SVIT

Plano de desenvolvimento do Serviços de Incapacidades (Juntas Médicas)

A estratégia para os SVI assenta em 4 eixos de atuação:

Dinamizar a
intervenção
do Conselho
Médico

Agilizar o
processo de
contratação
de peritos
médicos

Maximizar a
articulação
com o setor
da Saúde

Aumentar
capacidade
instalada no
SVI

Reforço SVIT

Medidas já implementadas:

- Transparência: criação da Bolsa de Médicos a partir de janeiro de 2017, com possibilidade de manifestação de adesão através do site da segurança social, com caráter experimental (96 médicos inscritos até à data)
- Alteração do processo de contratação dos médicos (Lei OE n.º 42/2016 de 18 de dezembro, art.º 37º, 38º e 49º) e reforço dos atos médicos contratados
- Alteração critérios de inserção na Bolsa de Convocáveis para abranger beneficiários que não estavam a ser objeto de convocatória. Ex: doença natural
- Ações de formação dos peritos médicos do SVI
- Cumprimento da meta de convocatórias a todos os beneficiários com baixa há 30 ou mais dias

Reforço SVIT

Medidas em desenvolvimento:

- Grupo de Trabalho com a Saúde para criação de relatório estatístico sobre baixas médicas no âmbito do suporte tomada de decisão
- Aposta na contratação de atos médicos através da Bolsa de Médicos, de forma transparente
- Desmaterialização e otimização dos sistemas de informação internos (entre SVI e Doença)
- Continuidade aposta na formação dos peritos médicos das Juntas Médicas
- Reforço das metas de convocatórias a Junta Médica
- Alteração legislativa aos diploma que regula o Serviço de Verificação de Incapacidades

PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação)

O PROCOOP foi criado através de Portaria n.º 100/2017, de 7 de março

Prioridades:

Hierarquização e seleção assente em indicadores de planeamento territorial, de cobertura local ao nível da cooperação, de adequação do número de utentes com acordo face à capacidade instalada na resposta social e de sustentabilidade económica e financeira das respetivas entidades concorrentes.

Indicadores:

- i. **Cobertura:** reflete o desvio, na área geográfica onde o equipamento se insere, face à cobertura média do continente.
- ii. **Utentes:** reflete o aumento de utentes em acordo previsto na candidatura tendo em vista a sustentabilidade financeira da resposta.
- iii. **Tempo de espera:** tempo em que os lugares objeto da candidatura aguardam a celebração de acordo de cooperação.
- iv. **Sustentabilidade da instituição:** abrangência da cooperação nas respostas sociais desenvolvidas pela Instituição.

PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação)

Estratégia para 2017 e anos seguintes:

- Concretiza-se através de candidaturas, com critérios objetivos e pré-definidos, acordados com os representantes dos parceiros sociais.
- **Vantagens:** maior previsibilidade e maior transparência
- Será publicado aviso de abertura candidaturas na próximas semanas
- Estão previstas sessões de esclarecimento em todo o território a desenvolver pelo ISS, I.P.
- Prazo de candidatura: **abril**

Plano Estratégico de Atendimento ISS

Medidas implementadas | 2016

- ✓ Alargado o modelo de balcão da inclusão aos 18 centros distritais de segurança social
- ✓ Alargado o atendimento através de visita por marcação prévia (VMP) a mais 51 novos serviços de atendimento (reforço de 46,3%), perfazendo um total de 110 serviços de atendimento aderentes.
- ✓ Reforço de 27 recursos humanos no atendimento no centro distrital de Lisboa e no CNP, através de concurso e após formação especializada durante dois meses
- ✓ Aumento da capacidade de atendimento no CNP no 1º trimestre de 2017, mediante criação de um atendimento personalizado por marcação prévia, com 8 novos postos de atendimento exclusivos, 2 de triagem qualificada e 2 postos para entrega de documentos.

Plano Estratégico de Atendimento ISS

Medidas a implementar | 2017

- ✓ Novo centro de contacto com uma previsão de 12.000 atendimentos diários, face à capacidade a partir de 2013 de apenas 8.000 atendimentos diários (procedimento concursal será aberto nos próximos dias)
- ✓ Alargar o atendimento especializado em áreas de maior complexidade e procura, nomeadamente: Entidades empregadoras, Trabalhadores independentes, Relações Internacionais, nos atendimentos das sedes dos Distritos com maiores tempos de espera
- ✓ Reforçar a atuação dos serviços de atendimento em matéria de pensões nos 18 centros distritais

Plano Estratégico de Atendimento ISS

Medidas a implementar | 2017

- ✓ Reforçar com recursos humanos as equipas dos serviços de atendimento com maior procura e tempo de espera
- ✓ Promover e alargar o atendimento através de visita por marcação prévia
- ✓ Aumentar a adesão à Segurança Social Direta mediante a divulgação dos novos serviços disponíveis (através do envio de 1,6 milhões de mensagens)
- ✓ Promover na linha de segurança social novos serviços de atendimento automático, como por exemplo, informação sobre o estado do processo, aumentando assim a transparência e a informação ao cidadão

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo

Relatório de Avaliação da ENIPSA 2009-2015

- ENIPSA 2009-2015 foi apresentada publicamente em 14 março 2009, visando a criação de condições para que ninguém tivesse de permanecer na rua por falta de alternativas
- **Relatório Avaliação ENIPSA 2009-2015** foi divulgado publicamente no portal da segurança social no passado dia 7 de março, tendo sido remetido pelo Governo à Assembleia da República no dia anterior
- Principais conclusões:
 - ✓ Interrupção dos trabalhos do GIMAE em 2013 (quer da Comissão de Acompanhamento Alargada, quer no Núcleo Executivo)
 - ✓ Falta de uniformidade entre os NPISA (14 núcleos de planeamento e intervenção)
 - ✓ Descontinuidade dos levantamentos de informação / monitorização
 - ✓ Ausência de regulamentação da ENIPSA do ponto de vista legal
 - ✓ Necessidade de uniformização de conceitos
 - ✓ Inexistência de um sistema de informação partilhado com sistematização dados nível nacional

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo

Aspetos positivos da ENIPSA 2009-2015:

- Definição de um modelo de intervenção e acompanhamento
- Continuidade das intervenções dos NPISA (núcleos de planeamento e intervenção)
- Articulação e envolvimento de várias entidades públicas e privadas na Estratégia

ENIPSA 2017-2023

- No âmbito da próxima Estratégia, decorre no mês de março um processo de audição junto das entidades que trabalham com as pessoas sem-abrigo
- Prevista a elaboração de propostas pelo GIMAE (Grupo de Implementação, Monitorização, e Avaliação da Estratégia)
- Apresentação do relatório da ENIPSA 2009-2015 e debate / discussão sobre a próxima Estratégia na AR, nas próximas semanas
- **Até final de abril:** divulgação da ENIPSA 2017-2023

Programa de Apoio ao Voluntariado

Promover o voluntariado enquanto elemento de valorização da intervenção de cidadania, apoiando os cidadãos e as instituições na participação solidária, livre e organizada dos problemas que afetam a sociedade em geral.

Entidade Responsável: CASES

Instrumentos:

- Bolsa Especializada de Voluntariado/Apoios aos voluntários que desenvolvem ações de Voluntariado;
- Formação de Voluntários.

Financiamento:

Fundos comunitários e orçamento da CASES.

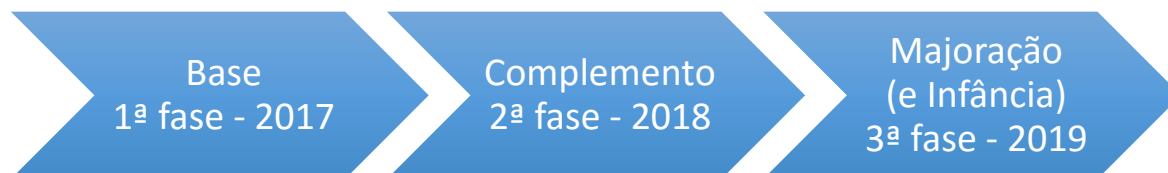
Prazos de Implementação da Bolsa: fim do primeiro semestre de 2017.

PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Objetivo: melhorar a proteção no domínio das prestações sociais pecuniárias, promovendo o combate à pobreza, o incentivo à participação laboral/autonomização e criando um benefício de cidadania para pessoas em idade ativa com grau de incapacidade elevado.

Constitui o eixo central da reformulação das principais prestações sociais na área da deficiência, através de um processo gradual e faseado de simplificação e atualização da proteção social a realizar nos próximos anos e que abrange todo o ciclo de vida.

COMPONENTES E IMPLEMENTAÇÃO



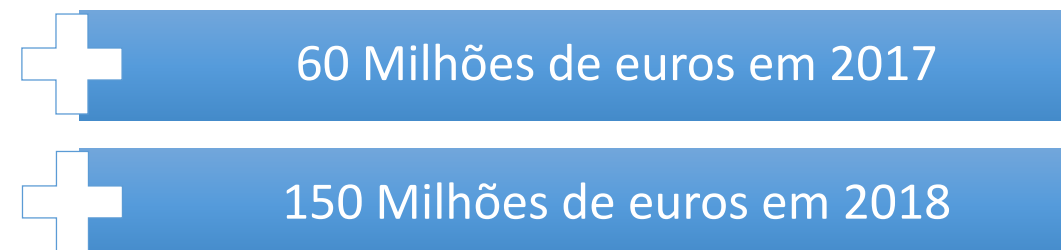
BENEFICIÁRIOS



INOVAÇÃO

- ✓ Integração dos benefícios de segurança social e fiscais para assegurar uma proteção contínua, em matéria de apoio aos rendimentos, independentemente do nível de rendimentos.
- ✓ Promoção da harmonização dos critérios de certificação da deficiência (sistemas de segurança social, fiscal, de saúde, de educação...).

ACRÉSCIMO DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS



MODELO DE APOIO À VIDA INDEPENDENTE

Objetivo: disponibilização de assistência pessoal a pessoas com deficiência.

Destinatários: pessoas com deficiência com 18 ou mais anos e com grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Assistência Pessoal: serviço através do qual é disponibilizado apoio em tarefas de âmbito pessoal e doméstico, de mediação, de apoio à formação, educação, participação cívica, cultura e lazer, através de assistentes pessoais, contratados para o efeito pelo Centro de Apoio à Vida Independente.

OPERACIONALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO

Serviço especializado organizado por Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI)

CAVI: Organização Não Governamental para Pessoas com Deficiência com estatuto de IPSS

Projetos-piloto 2017 - 2020 financiados pelo PORTUGAL 2020, domínio temático Inclusão Social e Emprego

ABRANGÊNCIA

➔ 10 a 15 Projetos-piloto

➔ 200 Pessoas com deficiência

DOTAÇÃO E ÂMBITO

⊕ 15 Milhões de euros

🚩 Âmbito nacional

OBRIGADO

100
ANOS
DE MINISTÉRIO
1916 - 2016



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL